

Relatório de implantação de dois novos CDR

Projeto CDR MEC CGEE





Relatório de implantação de dois novos CDR



Relatório de implantação de dois novos CDR



Brasília, DF
Dezembro, 2020



Centro de Gestão e Estudos Estratégicos

Presidente

Marcio de Miranda Santos

Diretores

Regina Maria Silverio

Luiz Arnaldo Pereira da Cunha Junior

Relatório de implantação de dois novos CDR, 2020. Subsídios para a Criação do Programa de Centros de Desenvolvimento Regional - CDR . Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2020.

26p.

1. Região Norte, 2. Pará, 3. Tocantins, 4. Desenvolvimento Regional, 5. Território.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE

SCS Qd 9, Lote C, Torre C

Ed. Parque Cidade Corporate - salas 401 a 405

70308-200 - Brasília, DF

Telefone: (61) 3424.9600

Fax. (61) 3424 9659

<http://www.cgee.org.br>

Este relatório é parte integrante das atividades desenvolvidas no âmbito do 2º Contrato de Gestão CGEE – 23º Termo Aditivo/Ação: Projeto Subsídios para a criação do Programa de Centros de Desenvolvimento Regional – CDR 52.02.01.01/MCTI/2020.

Todos os direitos reservados pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). Os textos contidos neste relatório poderão ser reproduzidos, armazenados ou transmitidos, desde que citada a fonte.



Relatório de implantação de dois novos CDR

Projeto CDR MEC CGEE

Supervisão

Diretor Presidente Marcio de Miranda Santos

Coordenador Técnico

Fábio Augusto Melo Assunção

Equipe técnica do CGEE

Alessandra de Moura Brandão

Carlson Batista Oliveira

Carolina Conceicao Rodrigues

Fábio Augusto Melo Assunção Coordenador

Fabíola Brandão Maia Pitta

Neila Cruvinel Palhares

Paulo Roberto Bonfim Medeiros

Sofia Cristina Adjuto Daher

Thiago Rodrigues Costa Silva

Responsável Técnico

Diretor Presidente Marcio de Miranda Santos



Relatório de implantação de dois novos CDR

Projeto CDR MEC CGEE



Brasília, DF

Dezembro, 2020



Sumário

1. INTRODUÇÃO	8
2. CENTRO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM	10
<i>Território</i>	12
<i>REUNIÃO DE SENSIBILIZAÇÃO</i>	13
<i>ESTRUTURA DE GOVERNANÇA</i>	14
<i>1ª Oficina de Definição dos Alvos Temáticos</i>	15
<i>2ª Oficina de Homologação da Carteira de Projetos</i>	18
3. CDR SUL DE TOCANTINS	21
<i>Território</i>	22
<i>REUNIÃO DE SENSIBILIZAÇÃO</i>	25
4. REFERÊNCIAS	26



1. INTRODUÇÃO

Este documento representa produto do Projeto Piloto CDR MEC/SESU – Subsídios para a criação do Programa de Centro de Desenvolvimento Regional, coordenado pelo Ministério da Educação/Secretaria de Ensino Superior (MEC/SESU) e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). O principal objetivo do projeto é promover uma análise capaz de dar suporte a um conjunto de ações voltadas para a promoção de formas de transferência de tecnologias e conhecimentos gerados nas universidades e demais instituições de ensino superior (IES) e nas instituições de ciência e tecnologia (ICT) com vistas à promoção do desenvolvimento regional.

Os Centros de Desenvolvimento Regional (CDR) são concebidos como vetores de apoio ao desenvolvimento que incorporam alvos que emergem da promoção de parcerias sociais entre os diversos matizes de atores regionais. Nesse sentido, adotam procedimentos e métodos de planejamento estratégico que reforçam laços comunitários e desencadeiam a capacitação social e a formação de uma cultura de cooperação voltada à construção de projetos de interesse coletivo. O papel dos CDR é mobilizar os cérebros e competências disponíveis nas instituições universitárias e de pesquisa para, ao lado das forças sociais e políticas regionais, pensar e dar concretude a iniciativas e empreendimentos de repercussão sobre o desenvolvimento e a qualidade de vida das populações das respectivas regiões. Os centros têm por atribuição organizar processos acerca de como o ensino, a pesquisa, a extensão e a ciência, tecnologia e inovação, tanto na fronteira do conhecimento como em saberes e práticas de uso corrente e apropriação pública, podem contribuir para apoiar o desenvolvimento de sua região.

Em particular, este produto relata as estratégias de implantação de 2 Centros de Desenvolvimento Regional na Região Norte do País: Centro de desenvolvimento



Regional Região Metropolitana de Belém e Centro de Desenvolvimento regional Sul de Tocantins.

A instalação dos CDR em 2020 logrou êxito apesar do momento difícil do ano de 2020 com a pandemia da COVID-19. Tanto o CGEE como os CDR Regionais conseguiram articular as instituições de seus territórios e realizaram as reuniões prescritas na metodologia de implementação. Os encontros foram, em sua grande maioria, em formato online e os produtos foram consolidados pelos Fóruns participantes. A habilidade de todos os envolvidos em se adaptar à esse momento de afastamento social foi fortalecida e o foco nas metas de implantação alcançadas. A Dimensão Regional se fortaleceu nas tratativas propostas na implantação desses dois CDR e na dinamização dos trabalhos nos outros quatro CDR existentes.



2. Centro de Desenvolvimento Regional Região Metropolitana de Belém

O Centro de Desenvolvimento Regional da Região Metropolitana de Belém (CDR RM Belém), apoiado e acolhido, em nível local, pela Organização Social BIOTEC-AMAZÔNIA, com sede em Belém, foi instalado com o objetivo de articular as instituições de ensino e pesquisa locais (ICT) com os atores empresariais, políticos e sociais em prol da construção inovadora de estratégias voltadas ao desenvolvimento socioeconômico sustentável da região selecionada assim como prescreve o objetivo geral do Projeto CDR em seu Marco Inicial de 2017.

O CDR RM Belém optou por se basear num crivo temático e foco das ações voltado ao fomento e consolidação da Bioeconomia e dos bionegócios (micro, médios e grandes empreendimentos), com atenção centrada em propostas pautadas na geração de novos produtos extraídos da biodiversidade regional – e tendo por base o uso da ciência e da tecnologia. Essa escolha apresentou um caráter inovador às instalações de CDR. As rotas biotecnológicas oferecem oportunidades concretas de mitigação dos problemas causados pela falta de saneamento básico nas grandes regiões metropolitanas, em especial no tratamento do lixo urbano e da água para fins de consumo humano naquele território justificando assim, a temática como algo referencial à uma construção de Carteira de Projetos.

O CDR RM Belém se baseou em sua instalação numa ação coletiva articulada entre os agentes da inovação e o arranjo institucional e de uma ambiência sistematizadora de cooperação entre os atores interessados na matéria, sua operacionalização e fluxo de financiamento condizente, com perspectivas de seguimento, além de um modelo referencial de governança, de caráter duradouro e sustentável, credenciado por frutuosas parcerias de referência.



Além disso, se objetivou em seu processo de instalação de organizar e fomentar uma ambiência de governança propícia ao desenvolvimento de projetos e empreendimentos com base na inovação e pautados no aproveitamento da biodiversidade amazônica, envolvendo e articulando as dimensões científica, tecnológica, jurídica, físico-ambiental, socioeconômica, política e cultural presentes na empreitada – e seus atores correspondentes. Essa articulação com os atores em torno do desenvolvimento do território permite definir, em conjunto e em rede, os projetos prioritários baseados na demanda existente e guiar as ações e interlocuções que serão parte da carteira

O processo de instalação referenciou o Guia para lançamento das experiências-piloto de Centros de Desenvolvimento Regional - CDR, elaborado pelo CGEE, conforme descrito a seguir:

- 1) Atividades de preparação das estruturas mínimas necessárias ao deslanche da experiência piloto (infraestrutura, equipe, governança e contrapartidas regionais);
 - 2) Articulação dos apoios regionais e identificação das experiências convergentes ou assemelhadas (mapa de atores, identificação de características regionais (pontos fortes e fracos);
 - 3) Definição das prioridades para a aceleração do desenvolvimento de projetos na área de bionegócios;
 - 4) Articulação com instituições regionais (SUDAM, BASA, FAPESPA) e nacionais (FINEP, etc.) dentre outras, capazes de viabilizar o financiamento dos projetos e que estejam alinhadas com os alvos temáticos propostos;
 - 5) Atividades de preparação da agenda estratégica, identificação e seleção dos projetos prioritários, definição de critérios de seleção dos projetos que irão compor a carteira e;



6) Definição das atividades de monitoramento dos projetos que irão compor a carteira.

Território

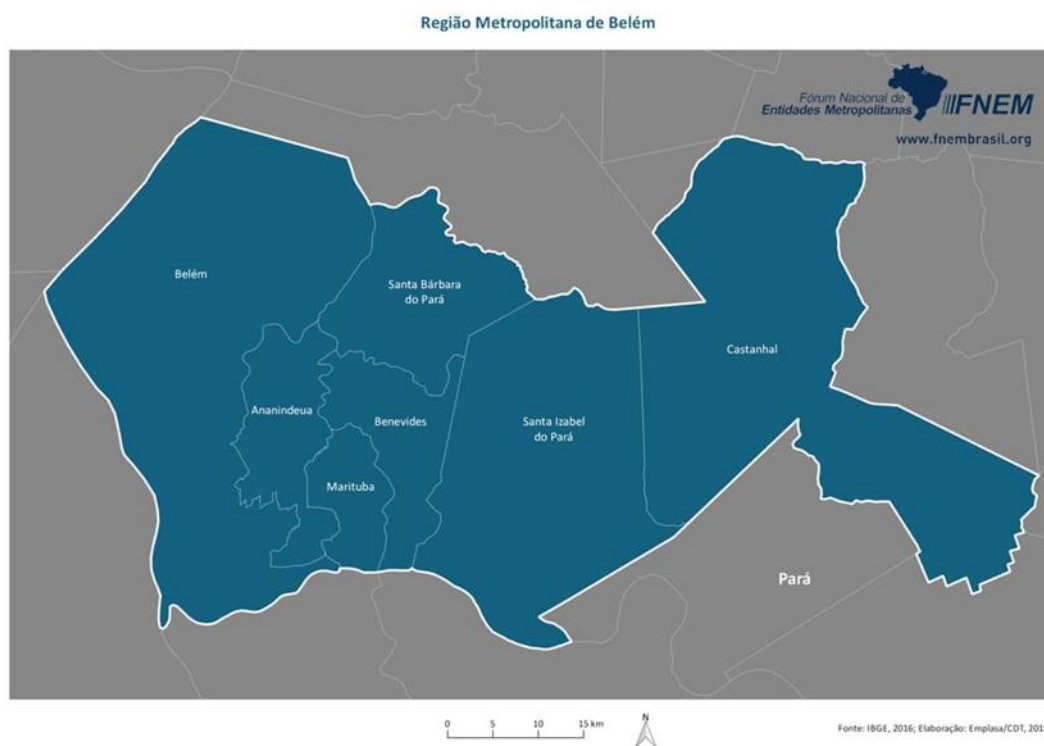
O território escolhido para a operacionalização da carteira de projetos do CDR RM Belém foi a região METROPOLITANA de Belém (RMB), composta por sete municípios (Ananindeua, Belém, Benevides, Castanhal, Marituba, Santa Bárbara do Pará e Santa Izabel do Pará) que ocupam um território de 3.565,8 km² (IBGE, 2010), com terreno parcialmente peninsular às margens do rio Guamá e da baía do Guajará. Sua população, de aproximadamente 2.6 milhões de habitantes, corresponde a 1/3 do total de todo o estado do Pará (IBGE, 2016).

As principais atividades econômicas da RMB estão concentradas no setor terciário, em especial na prestação de serviços, além das atividades industriais e agropecuárias. Neste cenário, Belém, capital paraense, destaca-se como o município com maior proporção do PIB da mesorregião, cerca de 72,7% do total de R\$ 24.739.338 mil, conforme o último censo do IBGE (2010). A inserção do município de Castanhal nesse conjunto apenas ocorreu no ano de 2011, graças à Lei Complementar Estadual n. 076/2011, que redefiniu a composição da RMB. Vale salientar, ademais, a crescente expressão dos municípios de Ananindeua, Benevides e Castanhal como áreas industriais que abrigam empresas de grande, médio e pequeno porte, a exemplo da Natura & CO, Beraca Ingredientes Naturais S/A e Manioca Comércio de Alimentos da Amazônia LTDA, todas elas com atividades em bionegócios e potenciais partícipes do CDR/Pará - RMB.

A escolha da Região Metropolitana de Belém se justifica não somente pela sólida presença da maior parte das ICT's (IES e Institutos de Pesquisa) já consolidadas no estado, como também pela concentração de empreendimentos privados de alguma envergadura. Outrossim, a presença da sede do Governo Estadual (parceiro estratégico nas ações previstas) na capital, Belém, contribui com perspectivas positivas para o êxito



inicial da implantação do projeto piloto do Centro de Desenvolvimento Regional do Pará, iniciativa pioneira na região norte do país.



REUNIÃO DE SENSIBILIZAÇÃO

No dia 09 de março de 2020 foi realizada, na sede da SUDAM, uma reunião de sensibilização preliminar visando dar conhecimento da abordagem de Centro de Desenvolvimento Regional aos atores sociais locais do Estado do Pará. A reunião foi organizada pelo Senador Zequinha Marinho em conjunto com o CGEE, cujo objetivo foi a apresentação da agenda de desenvolvimento embutida na metodologia de CDR e instigar a mobilização e cooperação dos atores em prol do desenvolvimento do território.

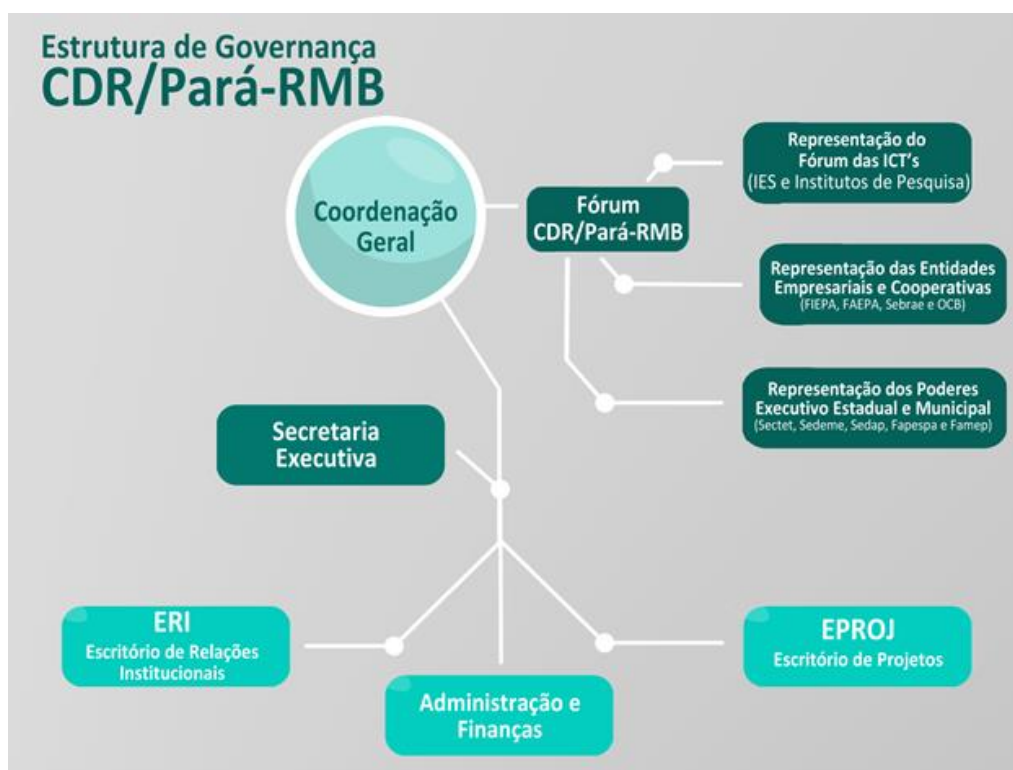
A presença da Diretoria do CGEE e da Assessoria da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, permitiu um intercâmbio explanativo qualificado, tendo participado da reunião os titulares das Secretarias de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica (SECTEC), da de



Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (SEDEME), o Superintendente da SUDAM, reitores e representantes das instituições de ensino e pesquisa do estado, como também o Presidente da Federação da Indústria do Estado do Pará (FIEPA), o Presidente do Centro de Indústrias do Pará (CIP), representantes do Sistema “S” e o Diretor-Presidente da Organização Social BioTec-Amazônia. Houve uma adesão unânime dos partícipes à iniciativa, constituindo-se, o evento, num marco inicial importante para a aderência das organizações presentes como parceiras potenciais do CDR.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

O Centro (CDR) é organizado em três setores principais e dois de apoio administrativo: uma Coordenação Geral, um Escritório de Relações Institucionais (ERI), um Escritório de Projetos (EPROJ), uma Secretaria Executiva e uma área de administração e finanças.





Ambos os escritórios são distribuídos entre uma sala na Federação das Indústrias do Estado do Pará - FIEPA (cessão não onerosa) e, outra, no Parque de Ciência e Tecnologia Guamá, PCT - Guamá, complexo construído em terreno contíguo à Universidade Federal do Pará (UFPA) e à Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), sob administração do Governo do Estado do Pará, por meio da Fundação Guamá (FG), onde a Biotec Amazônia já sedia as suas principais atividades. Ambas possuem infraestrutura já instalada e acomodam a equipe para viabilizar as atividades definidas pelo coordenador.

O CDR RM Belém é coordenado pelo Prof. José Seixas Lourenço, Diretor-Presidente da BioTec-Amazônia, e conta com uma equipe técnica e administrativa para o conjunto de tarefas operativas. Valoriza a estratégia de reuniões partilhadas com os colaboradores e parceiros públicos e privados (“fórum de agentes” e “grupos de trabalho”), não apenas para fins de planejamento e avaliação das ações em curso ou programadas, mas, igualmente, em vista da consolidação de uma cultura de colaboração e confiança entre os diversos atores, com enraizamento de sinergias interinstitucionais fundadas em credibilidade recíproca – fundamento indispensável para o sucesso de todo o empreendimento. Para isso, serão organizadas três instâncias de interlocução.

1ª Oficina de Definição dos Alvos Temáticos

A 1ª Oficina CDR RM Belém ocorreu, como previamente programado, no dia 7 de julho de 2020, no horário compreendido entre 8:30 hs e 13:30 hs, na sede da Federação da Agricultura do Estado do Pará, em Belém, com a utilização de seu auditório principal (120 lugares) e de sala contígua (32 lugares) como ambientes adequados ao pleno desenvolvimento da programação, em suas várias etapas.

O evento se constituiu na primeira programação do gênero, em âmbito do Programa CDR, que se realizou em molde semipresencial, em decorrência da participação à distância, por teleconferência (via internet), dos membros da equipe de apoio do CGEE e de outras autoridades convidadas, em nível federal, cuja alternativa foi



determinada pelas dificuldades de deslocamento interestadual impostas pelo quadro de pandemia da Covid-19 e as respectivas medidas de isolamento social. Já no que concerne aos convidados locais, a quase totalidade esteve fisicamente presente ao encontro, adotadas, neste caso, em cumprimento às exigências sanitárias protocolares, as recomendações do uso de máscaras e de distanciamento social (intervalo de poltronas) entre os participantes.

Merece destaque – considerado o cenário conjuntural adverso de pandemia e de início das férias (que na região Norte coincide com o mês de julho) – a presença maciça das instituições locais convidadas, cuja afluência contou com a presença majoritária dos titulares das várias entidades listadas – a exemplo dos Reitores das Universidades, dos Diretores dos Institutos de Pesquisa, dos Secretários de Estado e, mesmo, de alguns Prefeitos –, além de um público superior, em quantidade, ao esperado, de 34 pessoas, das quais 66 assinaram a lista de frequência (excluídas as equipes do CDR-PARÁ e BioTec-Amazônia, o pessoal do cerimonial dos políticos e demais assessores).

Os pronunciamentos introdutórios do Senador Izalci Lucas (DF), do Deputado Federal Vitor Lippi (SP) e do presidente do CGEE, Marcio Miranda (todos à distância), bem como do Senador Zequinha Marinho (PA), do Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia, Carlos Maneschy, do presidente da FAEPA, Carlos Xavier e do prefeito de Belém, Zenaldo Coutinho (estes presentes ao evento), foram extremamente relevantes e esclarecedores quanto às finalidades do CDR RM Belém, com demonstração explícita de apoio institucional e augúrio à iniciativa.

Merece registro, igualmente, a excelente e objetiva exposição (também à distância) do prof. Paulo Barone (um dos idealizadores do programa CDR, à época em que ocupava a função de Secretário da SESu/MEC); da técnica do CGEE, Alessandra Brandão (sobre a ferramenta Insight Net Browser); e a participação da equipe de assessoria do CGEE (nas figuras de Fábio Augusto, José Ricardo Santana, Cleber



Prodanov e Thiago Silva), que assessorou e coordenou algumas das etapas centrais da programação.

Outras participações simbólicas, à distância, na reunião foram aquelas do presidente do CNPq, Evaldo Vilela, e da representante da CAPES, Carolina Nodari – que somadas às presenças de diretores de agências locais de financiamento, como a FAPESPA, o BANPARÁ e o Banco da Amazônia, garantiram alta representatividade de entidades do setor de fomento financeiro, crucial ao sucesso do programa.

Não é menos significativo o registro da participação ativa de grande parte dos titulares institucionais (Reitores, Diretores, Prefeitos, Secretários de Estado etc) inclusive nos trabalhos de grupo, onde não apenas deram a sua contribuição ao levantamento e sistematização das informações requisitadas, como chegaram a liderar, em ambos os grupos, a própria sistemática das tarefas programadas, colaborando, diretamente, com a equipe do CGEE (coordenadora dessa fase da Oficina) na composição e definição dos alvos temáticos, objeto principal da Oficina.

Igualmente positiva foi a permanência da maioria dos participantes até o final do encontro, fato que ocasionou uma melhor internalização dos objetivos do programa por todos e um maior sentido de pertencimento e responsabilidade coletiva pelo sucesso da iniciativa. Mesmo os titulares que tiveram de se ausentar para os trabalhos de grupo (uma minoria), deixaram substitutos em seus lugares (conforme orientação prévia da Coordenação do Projeto CDR), sem prejuízo da totalidade da representatividade institucional na fase derradeira da programação.

Desde a chegada dos convidados, ao longo da jornada até o momento de encerramento da Oficina, o que se percebeu foi uma demonstração (individual e coletiva) de adesão, apoio, abertura e satisfação, por parte dos participantes, relativamente à iniciativa do CDR, saudada por todos como oportuna, inovadora e esperançosa – como ficou patente em vários depoimentos, sejam públicos (a exemplo do Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia, Carlos Maneschy) como aqueles



expressos pessoalmente (sobretudo ao final do evento) a vários membros da equipe do CDR/Pará, por ocasião das despedidas.

As propostas dos alvos temáticos prioritários, emergidas dos grupos e, finalmente, consolidadas e homologadas, por unanimidade, no momento da plenária final da Oficina – Desenvolvimento do Agronegócio e das tecnologias de alimentos com ênfase na verticalização industrial; Reciclagem e tratamento dos resíduos; Valoração dos serviços ecossistêmicos (Geração de renda e preservação ambiental); Bioprodutos; e Energia Renovável –, nada mais fizeram que confirmar e ratificar a justeza da escolha da temática da bioeconomia como prioridade na agenda de desenvolvimento de uma região como a Amazônia, estratégia escolhida pelo CDR Regional desde seu início.

2ª Oficina de Homologação da Carteira de Projetos

A 2ª Oficina CDR RM Belém, destinada à HOMOLOGAÇÃO da CARTEIRA DE PROJETOS CDR RM Belém, ocorreu no dia 29/10/2020, de forma inteiramente virtual, em razão de um recrudescimento circunstancial e súbito dos índices de contaminação da COVID-19, em Belém.

A mudança na estratégia de realização da convenção foi tomada de comum acordo com a direção do CGEE, cujo presidente, Marcio Miranda, encontrava-se, na oportunidade, em Belém, mantendo-se, não obstante, a mesma programação divulgada, com emissão tempestiva de comunicado aos participantes e convidados da ocorrência, a quem foi disponibilizado o link de acesso à reunião virtual, com reforço no contato individualizado com cada um – evitando-se imprevistos de falha de comunicação.

Apesar das falhas técnicas ocorridas durante a transmissão o evento transcorreu conforme o planejamento expresso na Programação, com a plena participação dos convidados relacionados, todos representantes das instituições parceiras da ação, com destaque, no presente contexto, para as Agências de Financiamento (locais, regionais e



nacionais), Fundação de Apoio (FAPESPA) e Secretarias de Estado, cuja manifestação pública foi explicitamente favorável à Carteira de Projetos CDR em bioeconomia, com demonstração tácita de compromisso e interesse de apoio à iniciativa – o que denota a sua homologação por parte desses agentes.

A convenção serviu para a apresentação de um balanço geral do processo de constituição da Carteira de Projetos, cuja síntese foi exposta pelo Coordenador do CDR RM Belém, José Seixas Lourenço, antecedendo as demais falas dos convidados, o que permitiu, a todos os participantes, não apenas a devida contextualização da iniciativa do evento, nos termos programados, mas, também, uma visão geral e bem esclarecedora de todo o trabalho até então desenvolvido pela equipe do CDR RM Belém e da importância da ação coletiva em prosseguimento, comunicação essa extremamente estratégica para a consolidação de uma cultura de relacionamento interinstitucional e interpessoal pautada na transparência, na credibilidade e na sinergia de propósitos – do que depende, em última instância, o sucesso de todo o empreendimento.

No total, estiveram presentes no espaço virtual da reunião 123 participantes, incluídos, além dos convidados institucionais, os coordenadores de projetos da Carteira, na sua grande maioria – que puderam ouvir diretamente das agências de financiamento as perspectivas de apoio às suas propostas.

Cabe ainda destacar que quase todos os projetos que foram selecionados à Carteira CDR RM Belém, após a avaliação técnica procedida pelas equipes do CGEE, já apresentaram, devidamente preenchido, os seus Planos de Trabalho, conforme o modelo encaminhado pelo CGEE.

Uma vez cumpridas todas as exigências do ritual da Oficina, e diante dos pronunciamentos públicos (devidamente registrados) das agências de financiamento, dos representantes institucionais das ICTs, das federações empresariais, das Secretarias de Estado, da Organização das Cooperativas Brasileiras do Estado do Pará (OCB) e da Federação dos Municípios do Estado do Pará (FAMEP), conclui-se que a Carteira de



Projetos CDR RM Belém foi devidamente homologada pelos parceiros que constituem o verdadeiro fórum regional do CDR, restando publicamente demonstrada a sua aceitação e legitimação por todas as instituições envolvidas.



3. CDR Sul de Tocantins

O CDR Sul do Tocantins, inicialmente tem sua atuação nos 18 municípios que compõem a Região Metropolitana de Gurupi do Estado do Tocantins. Em termos de estrutura, o referido CDR conta com a participação de todas as Instituições públicas de ensino do Tocantins, no caso, UFT, IFTO e UNIRG, além de Centros de Pesquisa existentes na região.

As articulações para a implantação do CDR na região Metropolitana de Gurupi foram iniciadas em novembro de 2018, quando a Coordenação do Programa InovaGurupi: Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável contactou o CDR/CGEE e iniciou diálogos sobre a possibilidade de Gurupi poder abrigar esta ferramenta.

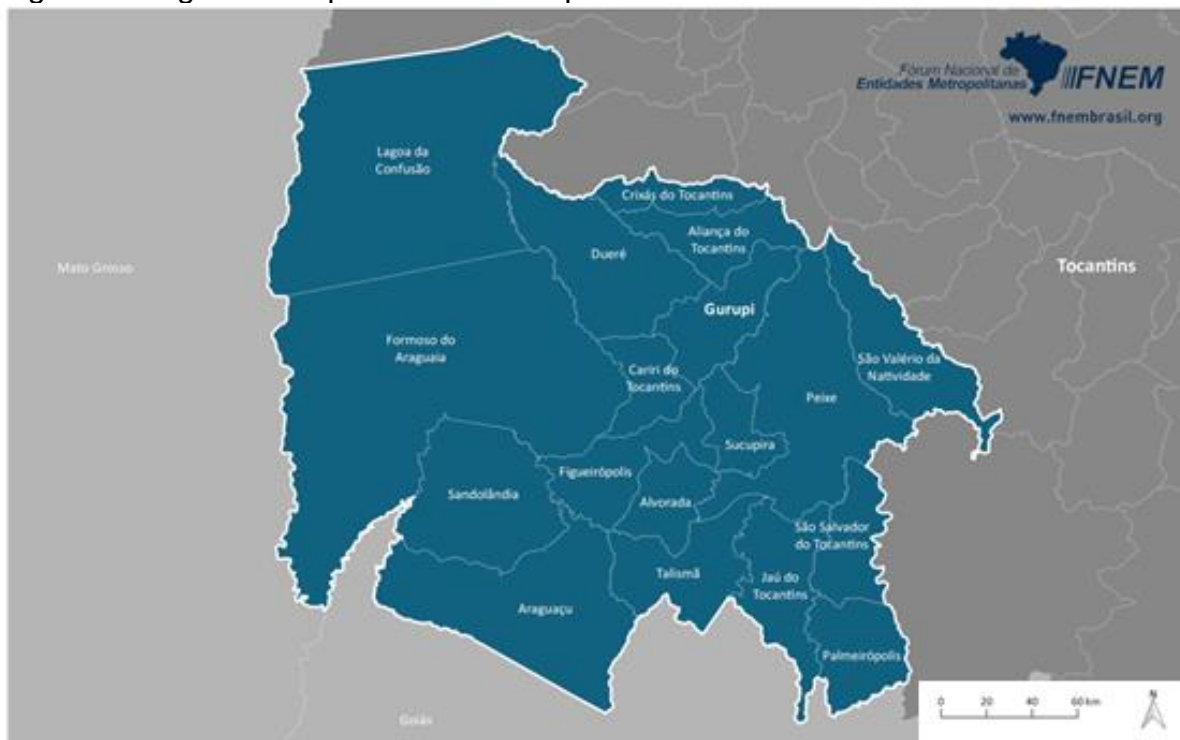
Em fevereiro de 2020 foi expressa manifestação de interesse pela gestão do Programa CDR/CGEE/SESU/MEC em conceder a instalação de um Projeto CDR na Região Metropolitana de Gurupi, momento este em que já se definiu uma reunião presencial no mês de março. Com o surgimento da Pandemia, a primeira reunião com o CGEE foi suspensa. Em maio do mesmo ano propôs-se à Coordenação Nacional do Projeto CDR implementação das etapas iniciais de constituição de um CDR por meio da modalidade remota. A proposta foi aceita e nas reuniões iniciais foi apresentado cenário atual de início de trabalho cooperado a partir de uma incipiente ambiência com vistas a estabelecer um modelo de governança para o Ecossistema de Inovação Regional do Sul do Tocantins.



Território

A Região Metropolitana de Gurupi é uma região metropolitana no estado do Tocantins, instituída pela Lei Estadual nº 2.848, de 3 de abril de 2014. Os municípios que compõe a região metropolitana são Aliança do Tocantins, Alvorada, Araguaçu, Cariri do Tocantins, Crixás do Tocantins, Dueré, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Gurupi, Jaú do Tocantins, Lagoa da Confusão, Palmeirópolis, Peixe, Sandolândia, São salvador do Tocantins, São Valério da Natividade, Sucupira e Talismã.

Figura 1: Região metropolitana de Gurupi-TO.



Fonte: IBGE, 2016. Elaboração: Emplasa/CDT, 2018.

Segundo o IBGE (2018), a população dessa região é de 193.948 habitantes que residem em 12,47% da área total do estado do Tocantins e 0,09% do país. Essa região representa 16,21% do produto interno bruto do estado e 0,08% do país, com renda Per Capta de R\$ 24.474,42 na unidade territorial.



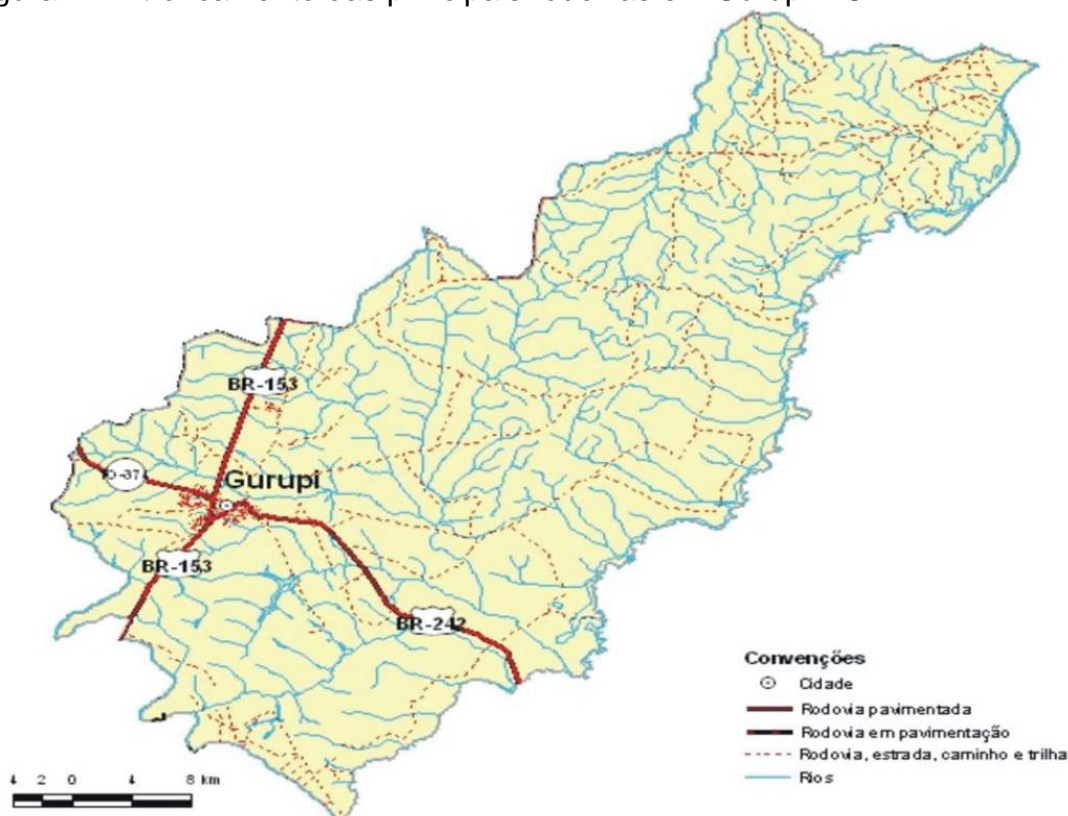
Em 2010, essa região contava com 20% das pessoas residindo na zona rural e 80% na urbana. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB/2017, do ensino fundamental – final, variou bastante entre os municípios da região, de 2,9 em Crixás do Tocantins a 5,7 em Araguaçu, sendo 4,5 a média do Estado do Tocantins. Já o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM, variou de 0,605 em São Salvador do Tocantins a 0,708 em Alvorada, enquanto o Estado do Tocantins apresenta 0,699, esses dados são indicadores que revelam a complexidade de se trabalhar com o desenvolvimento regional no território do sul do Tocantins (IBGE, 2010).

O Polo da Região Metropolitana possui uma capacidade logística abrigando um aeroporto público com uma pista de 1700 comprimentos por 30 largura, pavimentada, sinalizada e com sistema de balizamento noturno homologado. Esta estrutura tem capacidade para receber pouso e decolagem de aeronaves de pequeno e médio porte.

De acordo com dados da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Tocantins – SEPLAN TO (2012), encontra-se em Gurupi o entroncamento de duas importantes rodovias: a BR-153 que liga o Sul e o Norte do país e a BR-242 que liga o município ao Nordeste do Brasil.



Figura 2: Entroncamento das principais rodovias em Gurupi-TO.



Fonte: Seplan (2012).

A partir de 2015 a região foi beneficiada pelo Programa Inova Gurupi: Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável, Prêmio Prefeito Empreendedor Sebrae (Versão 2013/2014), na categoria Novos Projetos e constitui estratégia de Política Pública com base em Educação Científica, Tecnológica, Empreendedora e Inovadora a partir da integração dos segmentos Governo – Academia – Empresas, objetivando Criar o Sistema Regional de Inovação como estratégia indutora do desenvolvimento econômico e social.

O Município polo da Região Metropolitana, Gurupi, apresenta indicadores de uma Sociedade do Conhecimento, com destaque para o número de Instituições de Ensino Superior pública: duas federais, Câmpus da Universidade Federa (UFT) e um Câmpus do Instituto Federal do Tocantins Gurupi (IFTO), uma Universidade Municipal, a primeira do Estado, atuando há 35 anos (UNIRG), característica única no Estado. Os



municípios de Formoso do Araguaia e Lagoa da Confusão sediam Campi do Instituto Federal do Tocantins e Dianópolis (que pediu adesão ao Programa InovaGurupi) conta com um Campus do Instituto Federal e um Campus da Universidade Estadual de Tocantins.

Diante desse contexto, o papel do CDR Sul Tocantins é mobilizar os cérebros e competências disponíveis nas instituições universitárias e de pesquisa, junto com as forças do setor produtivo, social e do poder público, pensar e dar concretude a iniciativas e empreendimentos de repercussão sobre o desenvolvimento e a qualidade de vida das populações dos municípios que compõe a região metropolitana de Gurupi.

REUNIÃO DE SENSIBILIZAÇÃO

No dia 02 de outubro de 2020 foi realizada, em formato online, uma reunião de sensibilização preliminar visando dar conhecimento da abordagem de Centro de Desenvolvimento Regional aos atores sociais locais da Região Sul de Tocantins. A reunião foi organizada por professores das IES da região em conjunto com o CGEE, cujo objetivo foi a apresentação da agenda de desenvolvimento embutida na metodologia de CDR e instigar a mobilização e cooperação dos atores em prol do desenvolvimento do território.

A presença do Diretor Presidente Marcio de Miranda do CGEE e da Assessoria da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, permitiu um intercâmbio explanativo qualificado, tendo participado da reunião Prefeito de Gurupi/TO, Laurez da Rocha Moreira; Senador Izalci Lucas; Deputado Federal Vitor Lippi/SP; Moisés Pinto Gomes – Superintendente do Sebrae Tocantins, e; Reitor da IFTO Antonio da Luz Júnior (representante das IES da região). Houve uma adesão unânime dos partícipes à iniciativa, constituindo-se, o evento, num marco inicial importante para a aderência das organizações presentes como parceiras potenciais do CDR.



4. REFERÊNCIAS

1. CGEE (2010); Doutores 2010. Estudo da demografia da base técnico-científica brasileira. Brasília.
2. CGEE (2011); Dimensão territorial do planejamento da CT&I. Brasília.
3. CGEE (2012); Mestres 2012. Estudo da demografia da base técnico-científica brasileira. Brasília.
4. CGEE (2013); Plano de ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento da Amazônia Legal – PCTI/Amazônia. Brasília, MCTI e Consecti/Confap região Norte.
5. CGEE (2014); Plano de ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento sustentável do Nordeste – PCTI/Nordeste. Brasília, MCTI e Consecti/Confap região Nordeste
6. CGEE (2015); Mestres e Doutores 2015. Estudo da demografia da base técnico-científica brasileira. Brasília.
7. CRESPO, JOSÉ LUÍS MOURATO. Governança e Território. Instrumentos, métodos e técnicas de gestão na Área Metropolitana de Lisboa. 2013. 369f. Tese (Doutorado em Planeamento Regional e Urbano). Faculdade de Arquitectura Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
8. EUROPEAN COMMISSION (2012); Guide to research and innovation strategies for smart specialization (RIS3). Luxemburg, Publication Office of the European Union.
9. FERNÁNDEZ-ESQUINAS, MERCHAN-HERNÁNDEZ e VALMASEDA ANDÍA (2016), Manuel, Carmen e Ohana; "How effective are interface organizations in the promotion of university-industry links? Evidence from a regional innovation system" in European Journal of Innovation Management, Vol. 19. West Yorkshire, Emerald Publishing.
10. HARDING, LASKE e SCOTT (2007), Alan, Stefan e Alan (Org.); Bright Satanic Mills: Universities, Regional Development and the Knowledge Economy. London, Routledge.
11. HUERTAS (1994), F.; El método PES. Entrevista con Matus. Caracas, Fundación Altadir.
12. MPOG (2008); Dimensão territorial do planejamento no Brasil. Brasília, CGEE.
13. SIEDENBERG (2010), Dieter S. (org.); Fundamentos e técnicas de planejamento estratégico local/regional. Santa Cruz do Sul, Edunisc.
14. TAVARES (2008), Mauro; Gestão Estratégica. Atlas AS.
15. TUNES (2004), Valério (org.) et alli; Projeto Meu Lugar: transformar regiões administrativas em territórios de desenvolvimento. Florianópolis, Cidade Futura.
16. VEIGA (2008), J. E.; Desenvolvimento sustentável. O desafio do Século XXI. Rio de Janeiro, Garamond.